

AFRONTA À CONSCIÊNCIA DE BRASÍLIA

Márcio Guimarães (*)

Comércio informal ou comércio ilegal? Feira de produtos importados ou feira de produtos contrabandeados? Camelôs ou muambeiros? Feirantes ou contrabandistas?

Estas perguntas foram feitas pela atual diretoria da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit) tão logo foi empossada, no final de 1995.

Naquele momento, o que se pretendia era acabar com a farra de produtos importados (ou contrabandeados?) do Paraguai vendidos livre e impunemente nas portas das lojas de Taguatinga.

A Justiça entendeu que os empresários de nossa cidade tinham razão e determinou a retirada das barracas. A alternativa foi fixá-las em uma área ao lado do Hospital São Vicente de Paulo, onde os muambeiros passariam a pagar uma taxa de ocupação e a recolher impostos, conforme determinação do Ministério Público que, infelizmente, ainda não foi posta em prática.

Evidente que isto não é o ideal. Mas, pelo menos, resultou em desocupação das portas das lojas, facilitando o trânsito de pedestres-consumidores e melhorando as condições de higiene das nossas ruas.

No Plano Piloto, alternativa semelhante foi adotada com a criação da Feira do Paraguai no estacionamento do estádio Mané Garrincha.

Mas lá, como em Taguatinga, ficou acordado que esta seria uma situação provisória. Isto significa dizer que a permanência dos muambeiros nessas áreas (tanto em Taguatinga como no Mané Garrincha) perduraria pelo tempo necessário a que o poder público e a Justiça se posicionassem.

No caso do Plano Piloto, o Ministério Público e o Instituto do Patrimônio Histórico foram contundentes: a Feira do Paraguai não pode permanecer onde está. Então, cabe ao Executivo apenas uma ação, que é a de removê-la.

Absurda, no entanto, foi a votação ocorrida terça-feira no Plenário da Câmara Legislativa. Vinte homens e mulheres eleitos para representar uma população de 1,8 milhão de habitantes se renderam às pressões de pouco mais de mil feirantes (?) ilegais.

Isto dá bem a medida da qualidade de nossa bancada, que não sabe dizer um não (por mais coerente e democrático que ele possa ser) a uma galeria lotada.

Já assistimos a esse filme antes, por exemplo, na votação do projeto da Cidade Estrutural. Mas este é outro assunto...

O que precisamos ressaltar é que o governador Cristovam Buarque passou a ter a responsabilidade moral de vetar o projeto e a Câmara Legislativa terá o compromisso de rever sua posição, sob pena de, mais uma vez, ficar com o ônus de votar contra os interesses da maioria esmagadora da opinião pública brasileira.

A Capital da República não pode continuar à mercê de interesses politiquieiros e eleitoreiros de uma meia-dúzia de deputados que estão mais preocupados com a sua reeleição do que com o futuro de nossa gente e de nossa cidade.

A fixação da Feira do Paraguai é uma afronta à consciência cívica de Brasília. Sua retirada é uma questão de honra para todos os cidadãos sérios que pagam impostos.

Quem não vê isso está definitivamente cego para qualquer outra questão que diga respeito à nossa gente.

Basta andar pela cidade para constatar que Brasília está se transformando na capital da informalidade brasileira.

Móveis artesanais fabricados em fundos-de-quintais são comercializados às margens das pistas em prejuízo da indústria moveleira e do comércio formal; lotações transportam passageiros que deveriam utilizar o sistema de transporte coletivo convencional; muambeiros vendem produtos contrabandeados como se fossem importados de última geração; picaretas criam "jornais alternativos" que, longe de servirem de uma alternativa democrática para melhor informar a população, servem apenas de instrumento de extorsão contra aqueles que se recusam a pagar para ser notícia.

E o pior é perceber que tudo isso, agora, passa a ter o beneplácito daqueles que foram eleitos para nos representar.

Diante desse quadro assustador, resta apenas uma pergunta: quem nos defenderá?

■ Márcio Guimarães é presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (Acit)